

A PRÁTICA DA SUPERVISÃO, NUMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DE TERESINA, SOB O OLHAR DOS AGENTES ESCOLARES E O PROBLEMA DA AÇÃO COMUNICATIVA

SCHOOL SUPERVISION IN A PUBLIC STATE SCHOOL IN TERESINA: THE VIEWS OF SCHOOL AGENTS AND ISSUES OF COMMUNICATIVE ACTION

Robson Carlos da Silva *

Resumo: O artigo aborda a questão da Supervisão Escolar, a partir das concepções e entendimentos que os agentes escolares de uma escola pública estadual de Teresina-PI possuem do trabalho e da importância desse profissional na escola, suas ações e interações no contexto escolar, tendo como fio condutor as ideias de Habermas (1989), a respeito do Agir Comunicativo, ceceado pelos estudos de Carvalho (1989), Braga (1999), Cunha (1999) e Saviani (2000). O trabalho, fruto de uma pesquisa qualitativa de campo, de natureza etnográfica, aponta para a falta de entendimento, por parte dos agentes entrevistados, sobre o papel do supervisor escolar, ainda concebido como fiscalizador e controlador do trabalho do professor, exatamente pela falta de uma política de comunicação que articule as ações propostas pelo supervisor escolar, e a prática de professores e a direção da escola pesquisada.

Palavras-chave: Supervisão Escolar. Agir comunicativo. Agentes escolares. Gestão escolar.

* Mestre em Educação pela UFPI. E-mail bobraizes@hotmail.com

Abstract: The article addresses the issue of School Supervision from the concepts and understandings that the staff from a public state school in Teresina-PI have about the work and the importance of training in school, their actions and interactions in the school context. The theoretical framework is that from Habermas (1989) about communicative action, and also the studies of Carvalho (1989), Braga (1999), Cunha (1999) and Saviani (2000). The study was developed according to the features of qualitative ethnographic research and points out the lack of understanding by the staff interviewed on the role of the school supervisor, who is also seen as a monitor and supervisor of teachers' work. This happens due to the lack of a communication policy that could coordinate the actions proposed by the school supervisor, teachers and school directors.

Keywords: School Supervision. Communicative action. School staff. School management.

INTRODUÇÃO

A proposta deste estudo é fazer uma leitura das concepções de supervisão, a partir da sua compreensão pelos agentes escolares de uma escola pública de Teresina. Situando toda discussão na noção do Agir Comunicativo (HABERMAS, 1989), chamamos a atenção para o fato de que, a prática escolar, seja ela docente, de gestão, ou mesmo na dinâmica entre essas duas funções, tende a ficar profundamente comprometida quando os agentes escolares não atentam para a condução de sua prática por meio da racionalidade comunicativa.

Entender a prática da supervisão escolar, a concepção que os demais agentes escolares possuem desta prática, no cotidiano escolar, e o descaso ao profissional supervisor ainda visível na atualidade, conduziu-nos aos seguintes questionamentos: Qual o entendimento, representações e significados sobre o trabalho do supervisor escolar que possuem os demais agentes escolares? Como se dão as relações de comunicação e possíveis interações entre o profissional supervisor e demais agentes escolares?

Durante a pesquisa, que teve duração de quatro meses, de agosto a novembro de 2004, procuramos confrontar as leituras e entendimentos sobre a prática da Supervisão Escolar e as concepções colhidas no presente estudo, visando contribuir para a busca de novas perspectivas da ação supervisora, como atividade coletiva e multidimensional.

Para tanto, utilizamo-nos dos estudos e pesquisas de Carvalho (1989), Braga (1999), Cunha (1999) e Saviani (2000), pela compreensão histórica e a visão crítica que proporcionam sobre a função da supervisão escolar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa efetivada por meio do contato direto com o cotidiano e as pessoas pesquisadas.

Os resultados obtidos na pesquisa indicam uma certa falta de entendimento, por parte dos agentes entrevistados, sobre o papel do supervisor escolar, ainda concebido como fiscalizador e controlador do trabalho do professor, notadamente pela falta de uma política de comunicação que articule as ações propostas pelo supervisor escolar, a prática de professores e a direção da escola pesquisada, comunicação esta que pode contribuir na construção de espaços para a transformação, rumo à construção de um trabalho coletivo e de valorização do supervisor escolar enquanto profissional unificador e integrador, dado ser este o seu verdadeiro papel.

UM BREVE CAMINHAR SOBRE A HISTÓRIA DA SUPERVISÃO

A função supervisora está relacionada ao ato de prestar atenção sobre algo ou sobre alguma coisa, estar alerta ou vigilante. Nas comunidades mais primitivas, a função supervisora, implicitamente, acompanha a ação educativa, função esta que se concebia enquanto orientadora para a satisfação das necessidades coletivas. Nessas comunidades, a função supervisora acontecia na própria relação cotidiana entre os adultos e as crianças, em que os primeiros exerciam uma vigilância discreta sobre os jovens, orientando-os diante dos desafios da vida. (SAVIANI, 2000).

No período de fixação do homem à terra e com a divisão da sociedade em classes, a educação começa a ser dividida em duas: uma educação que privilegiava e servia aos interesses da classe dominante e uma educação que se destinava às classes menos favorecidas. É nesse contexto que surge a escola enquanto espaço privilegiado para

as pessoa que dispõem de tempo livre, ficando à margem da escola os sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras, situação que perdura até à Idade Média. Neste período, a função supervisora assume uma característica efetivamente controladora e de fiscalização, com o uso de elementos coercitivos, para garantir a disciplina nas escolas. (Op. cit. 2000).

A ideia de supervisão começa a se configurar, em nosso país, com a chegada dos primeiros jesuítas, presente no Plano de ensino de Manuel da Nóbrega, o *Ratio Studiorum*. Com a expulsão dos jesuítas do Brasil e a extinção do seu sistema de ensino, são instituídas as reformas Pombalinas, surgindo a figura do diretor geral, que atuava com auxílio dos comissários, configurando-se a ideia de supervisão como inspeção e direção. Por outro lado, com a implantação da República, a organização das escolas em grupos escolares e a ampliação do corpo de professores e de alunos, faz-se urgente e indispensável a institucionalização de um serviço específico de supervisão pedagógica.

Com o surgimento da classe burguesa, consolida-se o papel da escola como agência transmissora do saber elaborado, espaço apropriado e privilegiado para a formação cultural letrada, notadamente da formação apropriada para a manutenção e perpetuação da ordem que se estabelecia. Assim, a ação supervisora mantém uma característica prioritariamente fiscalizadora, que perdura mesmo nos dias atuais.

No atual contexto, com as exigências sociais e a complexa e desleal concorrência, proporcionada pela lógica mercadológica capitalista, centrada na produção e no consumo, a escola configura-se como espaço apropriado para o desenvolvimento de indivíduos detentores de uma cultura universal, de formação geral, tendo a prática da supervisão escolar o grande desafio de tornar-se uma ação coletiva no sentido de contribuir para um trabalho pedagógico voltado para a formação plena do aluno, que lhe possibilite o desenvolvimento da autonomia e a busca pela concretização de uma realidade social mais justa.

Carvalho (1989) nos chama a atenção para o fato de que a supervisão no Brasil vai se revestindo de situações novas de acordo com as novas realidades que vão surgindo e afirma que, a partir da ampliação do direito à escola para as camadas menos favorecidas, aumenta a exigência de outros profissionais na escola que se torna bastante complexa, destacando que, na década de cinquenta, com a política desenvolvimentista do governo JK, são formados os primeiros supervisores escolares do ensino primário, através do Programa

Americano-Brasileiro de Assistência ao Ensino Elementar (PABAAE). A supervisão escolar como prática de controle ganha ênfase, ao mesmo tempo em que a educação começa a servir aos interesses econômicos capitalistas, como forma eficiente de formar mão de obra barata, massificada e alienada.

No final da década de 70 e início da de 80, estudos buscam investigar a função política da supervisão, no esforço de demonstrar que, quanto mais a supervisão fosse utilizada ou defendida como função essencialmente técnica, mais ela servia aos interesses da elite que comandava a sociedade, como por exemplo Rezende (1979) e Alves (1984).

Segundo Cunha (1999), nas sociedades contemporâneas, em que o desenvolvimento econômico e a viabilização de melhores condições de vida para a população é uma realidade, é cada vez maior a exigência sobre o aumento da escolaridade e da qualificação das pessoas, principalmente a formação de nível superior. Assim, as políticas de educação no Brasil priorizam cada vez mais a educação superior. Mesmo carecendo de reformas e muitas discussões, não se pode negar a expansão do ensino superior hoje em nosso país.

No campo da educação, no contexto escolar, o supervisor deve, pois, assumir o compromisso da transformação e da luta por melhores condições de vida, engajando-se num projeto de conscientização crítica, denunciando as injustiças e as desigualdades e apontando propostas de superação dessas diferenças, reconhecendo que esta tarefa, longe de se esgotar, está apenas em seu começo.

A SUPERVISÃO ESCOLAR NO PIAUÍ: CARACTERIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E EVOLUÇÃO

No Estado do Piauí, a Supervisão Escolar surge na década de 60, a partir do trabalho de uma equipe de professores que foi convidada a participar de cursos de formação em Minas Gerais, Espírito Santo e alguns estados do Nordeste e que, ao retornarem a Teresina, apresentaram projeto de implantação dos serviços de supervisão no Piauí.

Após algumas experiências ainda em caráter provisório e experimental, esse serviço de supervisão começa a apresentar resultados, caracterizando a sua oficialização no ano de 1965, por meio do acordo SUDENE/MEC/USAID/ESTADO DO PIAUÍ, pelo Decreto Executivo nº 537 de 02 de janeiro de 1965, atendendo às

orientações e perspectivas do Modelo de supervisão escolar do Piauí. (CARVALHO, 1989).

Em 1967 são implantados os Centros Regionais de supervisão escolar, que ficavam responsáveis por determinado número de municípios, numa tentativa de descentralização dos serviços de supervisão da Secretaria de Educação.

Em 1971, com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da educação nº 5692/71, inicia-se uma nova fase da supervisão escolar, em que, para que se cumpra as exigências da reforma do ensino, surge um novo modelo de supervisão escolar, diferente do modelo adotado pelo MEC/DEF. No Piauí, a supervisão passa a ser realizada por especialistas habilitados em área específica do currículo, sendo os supervisores denominados de Coordenadores Pedagógicos, que solicitam à Secretaria de Educação a oferta do curso de Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar, logo oferecido pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) em convênio com a Secretaria de Educação.

Neste contexto, buscando adequar-se à LDB vigente, a Secretaria de Educação promove uma reforma em sua estrutura administrativa, ficando o serviço de supervisão estruturado em dois níveis: Nível Central e Nível Escolar. O Nível Central, localizado na Divisão de Supervisão Pedagógica, com equipe formada por supervisores especialistas de formação geral e de formação específica; e o Nível Escolar, em que ficava o serviço de supervisão, configurando-se por duas modalidades, de Complexo Escolar, em Teresina, e de Complexo Escolar Regional, localizado no interior do Estado.

Braga (1999) chama-nos a atenção para o fato de que o intuito de descentralização, proposto pela LDB 5692/71, não acontece na realidade das escolas, pois o momento político em que o Brasil atravessa com forte conotação de autoritarismo e de controle contribui para que a maioria das medidas e decisões ficassem a cargo das Secretarias de Educação, que acabava por exercer um total controle sobre as ações nos complexos escolares e demais escolas.

Essa situação perdurou até o final da década de 80, quando, no ano de 1989, é efetivada a implantação de uma nova estrutura na supervisão escolar com a extinção dos complexos escolares e das coordenações das Áreas específicas do currículo, passando o supervisor a desempenhar suas funções diretamente na escola, necessitando apenas da formação em Pedagogia e habilitação em Supervisão Escolar, com atribuições previstas e garantidas conforme as *Diretrizes Norteadoras da Supervisão Escolar*.

Porém, mesmo com algumas mudanças estruturais e organizacionais efetivadas na Secretaria de Educação, a Supervisão Escolar continua a se deparar com problemas idênticos aos enfrentados na época de sua implantação, notadamente pela falta de conscientização profissional dos supervisores diante de sua prática.

PRÁXIS E COMUNICAÇÃO: A QUESTÃO DO AGIR COMUNICATIVO COMO FATOR DE INTERAÇÃO

O ponto fundamental que levantamos, a partir das análises da pesquisa, relaciona-se com a questão da comunicação entre as pessoas, agentes escolares, que fazem a escola. Para Habermas (1983), o conceito de ação pedagógica ainda é pensado a partir de uma concepção técnica, principalmente porque a atividade de ensino é uma atividade instrumental por excelência e se embasa em métodos empírico-analíticos, dificultando que práticas educativas possam se traduzir em relações de plena liberdade.

O conceito de Agir Comunicativo remete ao entendimento de práxis da fala, em que toda a ação é uma ação da fala, espaço de comunicação pura, que tem como categoria fundamental a interação humana, que necessita ser recuperada na realidade social atual. O Agir Comunicativo, caracteristicamente não-instrumental, é próprio da interação entre sujeitos livres, de caráter emancipador, livre da coerção e domínio, em relação à dominação técnica, tendo na ideologia a distorção da possibilidade da ação comunicativa, que impede que a interação se realize plenamente. Porém, no Agir Comunicativo, exercido plenamente, a linguagem é utilizada como fonte de integração social, pela força do entendimento, que se concretiza de forma não coercitiva, sem dupla intenção.

Desta maneira, trazendo esta concepção para o contexto escolar, acreditamos que o emprego da linguagem, livre das distorções, pode ser o fundamento de uma nova realidade oem que o uso significativo do discurso permite o desmascaramento das ideologias e a retomada da ação emancipadora, ações de suma importância para o entendimento da realidade que nos cerca, das experiências que vivenciamos socialmente e de nossas interações.

No caso da escola, acreditamos que o emprego da Ação Comunicativa, como fundamento das relações entre os agentes escolares, deve ser pensado enquanto fator preponderante para tornar claro a

importância do trabalho de Supervisão, no sentido da apropriação crítica, por parte dos demais agentes escolares, da verdadeira função da Supervisão, profundamente política, reflexiva e crítica comprometida com uma educação transformadora.

CONTEXTO E CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Na realização da investigação, optamos pela pesquisa qualitativa, o que coloca o pesquisador como parte integrante do cotidiano escolar, sem distanciamento formal, podendo interagir nas relações do dia-a-dia escolar, analisando bem de perto a dinâmica de cada sujeito.

Buscamos uma investigação qualitativa por focalizarmos especialmente o supervisor e seu trabalho diante dos demais agentes, razão porque este estudo caracteriza-se pelo contato direto do pesquisador com os processos e as relações da escola em seu dia-a-dia, através de observações livres, diálogos intensivos e descrição das ações e representações dos sujeitos da escola, reconhecendo-a como um espaço social de múltiplas dimensões e propício para a criação e recriação de conhecimentos, valores e significado. (OLIVEIRA, 1994). Com a finalidade de identificarmos aspectos importantes para as reflexões próprias do trabalho, optamos pela entrevista não estruturada, no sentido em que nos fala Richardson (1999, p.208), quando afirma que “[...] evitando que o entrevistado responda à pergunta por meio de diversas alternativas pré-formuladas, a entrevista não estruturada visa obter do entrevistado o que ele considera os aspectos mais relevantes de determinado problema: as suas descrições de uma situação em estudo.”.

Esta pesquisa foi realizada na Unidade Escolar Matias Olímpio, escola do ensino público estadual, fundada em 13 de fevereiro de 1928, localizada num bairro da zona norte de Teresina, numa área de 2.758,80 m², com um total de 26 compartimentos. A pesquisa teve duração de quatro meses e estendendo-se de agosto a outubro de 2004.

A escola, que trabalha com Ensino Fundamental (5^a a 8^a série) e Ensino Médio, nos turnos da manhã, tarde e noite, possui um quadro docente de 52 professores em sala de aula e de 928 alunos: 239 do Ensino Médio e 689 do Ensino Fundamental.

Podemos constatar que a comunidade onde a escola pesquisada está inserida possui um perfil de classe média, com a maioria dos

moradores com casa própria e há várias décadas no mesmo bairro. Existem estabelecimentos comerciais próximos ao local como, por exemplo, bares, padarias, barbearia, oficinas mecânicas, lojas de variedades e templos religiosos.

A comunidade atendida pela escola compreende crianças e jovens oriundos dos mais diversos bairros que chegam à escola a pé, de ônibus ou de bicicleta, devido às condições financeiras da própria família, em sua maioria de classes pobres e bastante carentes.

Colhemos depoimentos com representantes dos seguintes agentes escolares: diretor e diretor-adjunto, professores e alunos, por considerarmos esses agentes os mais representativos para o estudo, visto serem os que mais contatos mantêm com o supervisor escolar. Do quadro de professores do Colégio Matias Olímpio, conversamos com duas professoras da escola: a professora de Português da 5ª e 6ª séries, nos turnos da manhã e da tarde, que chamaremos de professora Nilza, e uma professora de classe especial (polivalência), no turno da manhã, que denominaremos de professora Carla¹. Representando os alunos, fizeram parte do estudo duas alunas, uma da 7ª série e outra da 8ª série, ambas do turno da manhã. Para cada aluna, foram feitas duas perguntas: qual a verdadeira função da Supervisora Escolar? Como se dá seu relacionamento com a supervisora?

Elaboramos duas perguntas, de forma a apenas indicar aos entrevistados a natureza geral do problema de nossa investigação, concedendo-lhes liberdade de falar e de abordar o tema da forma que acharem mais pertinente. Neste sentido, e colocando como central para a pesquisa conhecer o entendimento dos agentes pesquisados sobre a importância do trabalho do(a) Supervisor(a) escolar, fizemos os seguintes questionamentos: gostaria de falar sobre o trabalho e o papel desempenhado pela Supervisora na escola? poderia comentar sobre a importância da Supervisão no cotidiano da escola?

A COMPREENSÃO DOS DIRETORES

Inicialmente, tivemos uma conversa informal com o diretor e o diretor adjunto, com a troca de informações sobre a pesquisa e a escola, sobre a implantação de políticas educacionais, da formação dos professores e do empenho com a aprendizagem dos alunos, dentre outros, que serviram como momento de integração entre pesquisadores e pesquisados.

¹ Nesta pesquisa utilizaremos nomes fictícios para a identificação dos agentes pesquisados.

A prática da supervisão, numa escola estadual de Teresina...

Sugeridas as questões de investigação da pesquisa, sobre as ações da supervisora e sua importância para a escola, os diretores afirmaram:

Ela faz um trabalho muito importante para a escola, principalmente no acompanhamento aos alunos que têm dificuldade em aprender e aqueles que não querem respeitar as normas da escola, acompanha o trabalho dos professores, fazendo a vistoria das cadernetas e dos planos de aula, propõe estudos, seminários, organiza as festividades e ainda ajuda aqui na direção em alguma solicitação. (Diretor).

Ela é uma ótima supervisora e seu trabalho é muito importante para a escola. Ela acompanha as aulas, os alunos e organiza as cadernetas dos professores, além de colaborar com a escola propondo cursos, palestras, seminários. (Diretor-adjunto).

O Diretor da escola afirmou, ainda, que a supervisora era uma profissional que tinha muitas ideias inovadoras, porém seus projetos esbarravam na má vontade e desinteresse dos professores, atitude que, segundo o diretor, cansa e desanima a todos:

As ideias da Supervisora são muito boas, porém, como eu já disse, é muito difícil trabalhar com professores que não querem ajudar e que têm muita má vontade, que não se empenham em ver a escola melhorando, crescendo.

Para o diretor adjunto, a supervisora é imprescindível:

Se formos analisar o trabalho da supervisão vamos ver o quanto ele é importante para o engrandecimento da escola, ela fica com os alunos que os professores colocam fora da sala, tanto com problema de aprendizagem como com indisciplina. O mais difícil é fazer os professores acompanharem suas propostas e suas recomendações, no mais ela faz tudo muito bem.

Por meio de um olhar crítico sobre o discurso dos diretores a respeito do papel desempenhado pela supervisora na escola, percebemos uma visão estritamente técnica, onde o supervisor é concebido como um profissional responsável pela fiscalização do trabalho dos professores, pelo acompanhamento e solução das dificuldades dos alunos em adaptarem-se às normas e determinações da escola e em

sala de aula, organização de eventos, acompanhamento de programas e outras atividades da escola.

O que podemos apreender da fala dos diretores é que essa tarefa do supervisor não está clara, visto que a capacidade de congregar o grupo e promover uma atividade coletiva para se pensar e refletir sobre as necessidades e os problemas do cotidiano escolar não depende do supervisor, sendo apontada como uma falta de vontade e de compromisso dos professores, nunca como um problema que precisa ser solucionado de maneira coletiva.

A COMPREENSÃO DOS PROFESSORES A RESPEITO DA SUPERVISÃO ESCOLAR

Inicialmente, as professoras entrevistadas falaram sobre o trabalho da supervisão na escola e suas práticas em particular. Para a professora Carla:

A supervisora é muito importante porque orienta e assiste a professora nos momentos de dificuldades, apresentando novas ideias, procurando a melhora da qualificação dos professores, além de promover várias reuniões.

A professora Nilza, por sua vez, afirmou:

O maior problema das escolas públicas é a falta de acompanhamento dos pais a seus filhos, daí o grande número de meninos com problemas, sendo importante que o supervisor, na conversa com esses alunos, faça um bom acompanhamento.

A professora Nilza afirma ainda que:

O supervisor, para tornar seu trabalho mais importante, deve realizar reuniões para iluminar os caminhos do professor, a supervisora daqui é muito boa orientadora, passa tudo o que acontece nas reuniões para os professores e isso facilita nosso trabalho.

Das análises sobre as falas das professoras podemos identificar uma concepção de supervisor como um técnico especializado a quem compete resolver todos os problemas da escola, principalmente os apresentados em sala de aula pelos alunos. Não existe uma clara in-

tenção de se colocarem à disposição de um trabalho coletivo com a supervisão, no sentido em que fala Carvalho (1989), quando afirma que a ação supervisora no contexto escolar é decisiva na promoção de um trabalho coletivo em busca da superação das dificuldades e do favorecimento da comunicação entre supervisor ou coordenador, professores e pessoas envolvidas com a escola, efetivando principalmente o trabalho e a pessoa do professor.

Essa consciência da verdadeira função do supervisor ainda não é percebida pelas professoras entrevistadas, existindo um equívoco em relação ao trabalho do supervisor escolar, ainda confundido com o profissional que deve solucionar todos os problemas relacionados ao contexto escolar, notadamente aqueles referentes a indisciplinas e desinteresses dos alunos. Aceita-se a condição do supervisor e até mesmo elogia-se seu desempenho, sem uma reflexão aprofundada de como poderiam trabalhar de forma coletiva para a construção de uma prática pedagógica emancipadora.

A AÇÃO SUPERVISORA POR MEIO DO OLHAR DOS ALUNOS

Pudemos perceber que a relação dos alunos com a supervisora da escola se dá de forma muito superficial, quase que exclusivamente em raros momentos em que a supervisora entra na sala de aula. As alunas entrevistadas demonstram não entender qual a função e nem tampouco a importância do supervisor na escola.

A aluna Cândida comentou: “Eu não entendo nada que o supervisor faz”.

A aluna Cíntia, mesmo afirmando que o trabalho da supervisora era “ótimo”, quando comentando sobre o que realmente fazia a supervisora afirmou “não sei, acho que é fazer o acompanhamento dos alunos”.

Em seguida, as alunas foram interrogadas sobre o conhecimento que tinham sobre a supervisora e o grau de relacionamento com a mesma. Cândida foi enfática e afirmou que “não, não conheço, nunca conversei com ela”. Por sua vez, Cíntia afirmou: “estou conhecendo, cada vez mais[...]”.

As falas das alunas entrevistadas servem para reforçar a ideia acerca da falta de uma política de esclarecimento para compreensão do papel do supervisor escolar e sua importância para a escola. Podemos perceber o total desconhecimento das alunas sobre a função da

Supervisora escolar e qual sua atuação no cotidiano da escola, o que, em nossa concepção, configura-se como um problema de comunicação entre as pessoas que fazem parte do cotidiano escolar, contribuindo negativamente para o bom desempenho das ações de supervisão para um projeto de reconstrução da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do estudo, observou-se que ainda não existe uma compreensão aprofundada da importância da Supervisão Escolar, assim como, do papel do supervisor na escola. Podemos apontar dois indícios, apreendidos durante a pesquisa, para a explicação desse desconhecimento. Primeiramente, é notável a falta de comunicação entre a supervisão e os demais agentes escolares, no sentido de discutir e socializar as propostas, programas e políticas desenvolvidas e seus respectivos objetivos, o que torna cada vez mais distante as práticas próprias da supervisão e as expectativas dos demais agentes, principalmente dos alunos, notadamente a partir do entendimento do Agir Comunicativo, caracterizado pelo uso de discursos “curados” das perturbações de máximas e normas universais. Em segundo lugar, ainda é forte a ideia de supervisão como uma ação fiscalizadora, que concebe o supervisor como profissional que controla a ação dos professores, através de normas rígidas atribuídas pela administração geral.

Percebemos um certo desejo, dos entrevistados, de ver algo de novo se concretizando. São pessoas que trazem em seu discurso a consciência das dificuldades que enfrentam, mantendo acesa a chama da esperança e o direito de sonhar com uma escola melhor, porém ainda sem uma clareza de como se colocar à disposição da transformação, aceitando o novo e se dispondo ao serviço de construção de uma escola verdadeiramente pública e de qualidade.

Podemos concluir, afirmando a necessidade de futuros estudos na escola, partindo de observações mais aprofundadas que nos possibilite uma reflexão mais rigorosa das relações entre as práticas educacionais e a Supervisão Escolar, suas concepções e suas possibilidades, propondo, como trabalho mais urgente nesse sentido, além da implantação de uma política de comunicação na escola pesquisada, o acompanhamento e a orientação de todas as relações pedagógicas, a promoção de uma conscientização sobre a situação social hoje existente e a mobilização em busca da superação das

A prática da supervisão, numa escola estadual de Teresina...

situações de adversidade e de exclusão, em prol da implantação de sistemas mais justos e capazes de promover condições de vida mais humanas e igualitárias.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BRAGA, D. O. L. **As concepções de supervisão escolar e a prática dos supervisores escolares egressos da UFPI**. Teresina: UFPI, 1999. – Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Piauí, 1999.
- CARVALHO, M. A. **A coordenação de área e a participação docente: uma experiência de trabalho em língua portuguesa**. São Paulo: PUC-SP, 1989. – Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.
- CUNHA, M. C. O ensino superior no Brasil: algumas tendências e alguns problemas. **Revista da FAGED**, Salvador, n° 3, p. 95-121, 1999.
- HABERMAS, J. **Consciência moral e o agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- OLIVEIRA, M. R. N. S. (Org.). **Didática - ruptura, compromisso e pesquisa**. 2. ed. Campinas(SP): Papirus, 1994.
- REZENDE, A. M. Crise do ensino, crise da cultura. In: Educação Brasileira. **Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras**, ano I, Brasília, 1978.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SAVIANI, D. A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da idéia. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000, p.13-38.
- ZANIRATO, M. L. B. Atribuições dos especialistas em educação: um levantamento inicial. **Cadernos de Educação**, Ano II, n° 08, São Paulo, outubro de 1997.

Enviado em: 13/06/2009

Aceito em: 10/09/2009